

SIMULADO PARA O EXAME NACIONAL DA MAGISTRATURA

SUA PROVA - As questões objetivas têm 5 (cinco) opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

TEMPO: Você dispõe de 5 (cinco) horas para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.

Boa prova!

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) O conceito de poder constituinte remonta à obra “O que é o Terceiro Estado”, de Emmanuel Sieyès, e constitui uma noção fundamental do direito constitucional. Sobre o tema e à luz da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- A) O poder constituinte originário é inicial, ilimitado e incondicionado, manifestando-se, por exemplo, em momentos de reforma constitucional.
- B) Além do poder constituinte originário, que diz respeito ao poder que funda um ordenamento jurídico, existe o poder constituinte derivado, responsável pela elaboração das Constituições dos Estados-membros, e o poder constituinte decorrente, responsável por modificar a Constituição existente.
- C) As cláusulas pétreas representam limites materiais ao poder constituinte derivado e incluem a forma federativa de Estado, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.
- D) A reforma constitucional é vedada durante a vigência de estado de defesa e de estado de sítio, mas é possível durante intervenção federal.
- E) A aprovação de emenda constitucional se sujeita procedimento específico, com o quórum de três quintos e a aprovação em dois turnos de votação em cada casa legislativa, seguindo, após, para sanção ou veto presidencial.

2) A respeito dos princípios e métodos de aplicação e interpretação da Constituição, assinale a alternativa correta.

- A) O princípio da proporcionalidade se desdobra em duas etapas: a primeira, denominada "necessidade ou exigibilidade", que impõe a verificação da inexistência do meio menos gravoso para o atingimento dos fins visados pela norma jurídica, e a segunda, chamada "proporcionalidade em sentido estrito", que é a ponderação entre o ônus imposto e o benefício trazido, para constatar se é justificável a interferência na esfera dos direitos dos cidadãos.
- B) A interpretação conforme a Constituição constitui uma técnica aplicável quando, dentre diversas interpretações plausíveis e alternativas de certo enunciado normativo, exista alguma que permita compatibilizá-la com a Constituição, não implicando, assim, declaração de inconstitucionalidade.
- C) A ponderação constitui técnica jurídica de solução de conflitos normativos que envolvem valores ou opções políticas em tensão, insuperáveis pelas formas hermenêuticas tradicionais, como tipicamente ocorre nos conflitos entre regras jurídicas.
- D) O princípio da justeza impõe que o intérprete eleja a interpretação que realiza em maior medida o senso de justiça prevalente em determinado contexto e momento históricos.
- E) As decisões manipulativas constituem uma técnica de interpretação constitucional em que o tribunal, adstrito à função de legislador negativo, demarca o alcance da norma, afastando interpretações que manipulam indevidamente o seu teor.

3) Considerando a jurisprudência do STF acerca de diversos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) A Constituição assegura o direito à educação infantil, de modo que a vaga em creche pode ser judicialmente exigida dos entes federativos, indistintamente, em razão da solidariedade passiva.
- B) O direito à seguridade social e a tutela da dignidade humana impõem uma releitura das normas civilistas sobre os conceitos de família e de dependente previdenciário, do que se depreende que a pessoa que mantém relacionamento estável com outra casada faz jus à concessão de pensão por morte em caso de falecimento do(a) companheiro(a), independentemente de haver separação de fato entre os cônjuges, hipótese em que a pensão será rateada com o cônjuge.
- C) O procedimento para a exclusão de associado é regulado exclusivamente pelo estatuto da associação, não se admitindo a invocação de direitos fundamentais ao contraditório e ao devido processo legal, eis que tais direitos são oponíveis apenas em face do Estado (eficácia vertical dos direitos fundamentais).
- D) Há omissão legislativa na regulamentação do direito à licença-paternidade, estando defasado o prazo de cinco dias previsto no art. 10, §1º, do ADCT, razão pela qual o STF fixou prazo para o Congresso Nacional legislar sobre o tema, advertindo que, se persistir o silêncio, a própria Corte definirá o período da licença.
- E) A licença maternidade de 180 prevista para a servidora pública não se aplica ao servidor público que seja pai solo, pois o afastamento é legalmente previsto apenas para a mãe, não cabendo ao juiz substituir o legislador e estender a aplicação da lei em situação de família monoparental.

4. À luz da Constituição Federal de 1988, das normas infraconstitucionais e da jurisprudência do STF, é correto afirmar, em relação aos direitos dos índios e dos remanescentes de comunidades de quilombo sobre as terras que tradicionalmente ocupam, que:

- A) Ambos possuem a propriedade definitiva das terras, cabendo ao Estado emitir-lhes os respectivos títulos.
- B) Ambos são bens da União, que deve zelar para viabilizar o acesso dos índios e dos remanescentes de comunidades de quilombo às terras, possibilitando que exerçam os direitos constitucionalmente assegurados sobre as terras.
- C) Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos; as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, por sua vez, são bens da União, respeitados os direitos originários dos índios sobre as terras, que incluem a exploração, com exclusividade, de eventuais recursos hídricos minerais nelas situados.
- D) A proteção constitucional aos direitos originários sobre as terras que os índios tradicionalmente ocupam independe da existência de um marco temporal em 05 de outubro de 1988 ou da configuração do renitente esbulho como conflito físico ou controvérsia judicial persistente à data da promulgação da Constituição.
- E) A ausência da comunidade indígena em 5 de outubro de 1988 na área pretendida descaracteriza o seu enquadramento como terra tradicionalmente por ela habitada, salvo o caso de renitente esbulho devidamente comprovado.

5. Constitui direito assegurado constitucionalmente aos trabalhadores:

- A) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado quando incorrer em dolo ou culpa.
- B) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo individual ou coletivo.
- C) Participação nos lucros ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- D) Seguro-desemprego, inclusive nas hipóteses de desemprego involuntário.
- E) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador autônomo.

6. Os princípios constitucionais tributários constituem uma das faces mais visíveis das limitações ao poder de tributar, demarcando as fronteiras da própria competência tributária. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) Conforme o princípio da legalidade tributária, exige-se lei ordinária para que um tributo seja instituído ou majorado, o que se aplica, inclusive, à atualização monetária da base de cálculo de determinado tributo.
- B) Conforme o princípio da irretroatividade, o tributo instituído ou majorado por uma lei não pode ser cobrado em relação a fatos geradores ocorridos antes do início de sua vigência, de modo que, ao imposto de renda calculado sobre os rendimentos do ano-base, aplica-se a lei vigente no exercício financeiro em que deve ser apresentada a declaração.
- C) Conforme o princípio da anterioridade anual, o tributo que houver sido instituído ou majorado por lei só pode ser cobrado no exercício financeiro seguinte, o que não se aplica a tributos como o Imposto de Importação, o Imposto de Exportação e o empréstimo compulsório para investimento público urgente e relevante, em razão de sua extrafiscalidade.
- D) O princípio da proibição do confisco impede que o Estado, a pretexto de tributar, se aproprie dos bens dos contribuintes, violando o direito de propriedade, o que se verifica, por exemplo, na cobrança de multa superior a 20% do valor do tributo devido.
- E) A Reforma Tributária (Emenda Constitucional 132/2023) fixou, como princípios do Sistema Tributário Nacional, a simplicidade, a transparência, a justiça tributária, a cooperação e a defesa do meio ambiente.

7) Acerca das imunidades tributárias, assinale a alternativa correta.

- A) As imunidades tributárias, também denominadas de isenções, representam uma delimitação no exercício da competência tributária, diferentemente da não incidência, que corresponde à ausência de enquadramento do fato na hipótese legal.
- B) As sociedades de economia mista podem ser beneficiadas pela imunidade tributária recíproca, desde que prestem serviço público, não possuam intuito de lucro e atuem em regime de exclusividade.
- C) A imunidade tributária recíproca exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.
- D) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de fato, mas não na de simples contribuinte de direito, sendo relevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.
- E) Há imunidade de ITBI sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, mesmo que o valor dos bens exceda o limite do capital social a ser integralizado.

8) ADOLFO é indicado para vaga no Tribunal de Justiça do Estado Alfa no quinto constitucional. Integrou a lista sêxtupla da OAB, depois a lista tríplice formada pelo TJ e, por fim, foi escolhido pelo Governador e nomeado desembargador. Antes da posse de ADOLFO no cargo, a OAB recebeu denúncia de que ele não preenchia o requisito de dez anos de efetivo exercício de advocacia. A OAB, assim, peticionou ao TJ pedindo a exclusão de ADOLFO da lista sêxtupla anteriormente enviada. O TJ acolheu a determinação e, por fim, o Governador tornou o ato de nomeação sem efeito.

De acordo com a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta:

- A) Agiram corretamente a OAB, o TJ e o Governador, tendo em vista que em razão da autotutela cabia reanálise dos critérios;
- B) A OAB e o TJ não poderiam ter modificado as listas encaminhadas; todavia, o Governador do Estado, no exercício da autotutela, agiu corretamente ao tornar sem efeito a nomeação;
- C) Nenhum dos órgãos agiu corretamente, tendo em vista que o requisito constitucional para a advocacia é de cinco anos de efetivo exercício;
- D) A competência da OAB para o ato em questão exauriu-se no momento em que enviou a lista para o TJ, não sendo possível modificá-la após a remessa, por se tratar de ato complexo;
- E) Caberia ao TJ instaurar procedimento para demissão do novo Desembargador.

9) HUGO, deputado estadual do Estado Gama, apresenta projeto de lei que definiu regras para que os planos de saúde fossem obrigados a custear os exames de saúde solicitados por nutricionistas. A medida foi muito aplaudida pela comunidade do estado e, de acordo com o deputado, representa grande avanço na proteção da saúde.

Assinale a alternativa correta sobre a questão acima:

- A) A referida lei, se aprovada, é inconstitucional, por violar a competência privativa da União para legislar sobre direito civil e política de seguros;
- B) A referida lei, se aprovada, é constitucional, porque legislar sobre saúde é competência comum de todos os entes;
- C) A referida lei, se aprovada, é constitucional, na medida em que trata sobre direito do consumidor, matéria de competência concorrente;
- D) A referida lei, se aprovada, é materialmente inconstitucional, na medida em que a Lei Nacional que regulamenta os planos de saúde veda expressamente que exames realizados por nutricionistas sejam abrangidos pela cobertura securitária;
- E) A referida lei, se aprovada, é inconstitucional, porque a competência legislativa nesse caso seria dos municípios.

10) Acerca dos poderes do amicus curiae nos processos objetivos em trâmite no STF, assinale a alternativa correta:

- A) O amicus curiae possui legitimidade para opor embargos de declaração em recurso extraordinário com repercussão geral;
- B) O amicus curiae possui legitimidade para opor embargos de declaração em recurso extraordinário com repercussão geral, desde que tenha solicitado, no momento da sua admissão, a concessão desse poder ao relator;
- C) O O amicus curiae não tem legitimidade para opor embargos de declaração em recurso extraordinário com repercussão geral;
- D) O amicus curiae não tem legitimidade para opor embargos de declaração em recurso extraordinário com repercussão geral e não pode ser ouvido para esclarecimentos;
- E) Nos processos objetivos de controle de constitucionalidade, o amicus curiae não é admitido.

11) Sobre o estado de sítio, julgue os itens a seguir:

- I. Compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre o estado de sítio.
- II. O estado de sítio pode ser decretado no caso de comoção grave de repercussão nacional ou local ou de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.
- III. Dentre as medidas que podem ser adotadas durante o estado de sítio, estão - restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, requisição de bens, busca e apreensão em domicílio e intervenção nas empresas de serviços públicos.

Assinale a seguir:

- A) Apenas I está correta
- B) Apenas II e III estão corretas
- C) Apenas I e III estão corretas
- D) Apenas II está correta
- E) Todas estão corretas.

12) Compete ao STF julgar originariamente, exceto:

- A) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
- B) o Vice-Presidente nas infrações penais comuns;
- C) os Comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica nos crimes de responsabilidade;
- D) os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado;
- E) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

13) Sobre as emendas à Constituição, julgue os itens a seguir:

- I. Trata-se de manifestação do poder constituinte derivado.
- II. Atualmente há previsão de limitações circunstanciais ao processo de emenda à Constituição, mas não limitações temporais.
- III. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, obrigatório e periódico.

Assinale a alternativa que contém a afirmação verdadeira:

- A) Todas as alternativas estão corretas
- B) Nenhuma das alternativas está correta
- C) Apenas a alternativa I está correta
- D) Apenas as alternativas I e III estão corretas
- E) Apenas as alternativas I e II estão corretas

14) A respeito da principiologia constitucional do processo penal brasileiro, julgue os itens a seguir:

- I. O Supremo Tribunal Federal considerou constitucional a previsão do Código de Processo Penal de execução imediata das condenações pelo tribunal do júri quando a pena privativa de liberdade for superior a 15 anos de reclusão;
- II. Depois de mudanças de entendimento, o Supremo Tribunal Federal, atualmente, adota posição de que é admitido o cumprimento da pena depois do acórdão condenatório em 2º grau de jurisdição;
- III. Em razão da interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal ao Estatuto da OAB, caso ao advogado do preso em flagrante seja negada a participação em seu interrogatório pela autoridade policial, mesmo estando o causídico presente na Delegacia de Polícia quando do ato, eventual confissão policial poderá embasar futura condenação, porquanto os vícios do inquérito policial não contaminam o processo penal;
- IV. embora não esteja previsto expressamente na Constituição e nem na legislação infraconstitucional, a estrutura acusatória do sistema processual penal brasileiro é amplamente reconhecida pela doutrina nacional e pela jurisprudência dos tribunais superiores;

Estão corretos:

- A) todos os itens
- B) três itens, sendo um errado;
- C) dois itens, sendo dois errados;
- D) um item, sendo três errados;
- E) nenhum item

15) Policiais Militares receberam informação, pelo telefone 190, de que Franco estaria traficando drogas e teria, em sua residência, 1 (um) quilograma de crack. Ato contínuo, os policiais se dirigiram até a residência de Franco, abrindo a porta da frente, que estava destrancada, apenas fechada e o flagraram preparando o entorpecente para venda. Ao abrirem o celular do flagrado, que estava na mesa e sem senha, os policiais encontraram, nas conversas de Whatsapp, o endereço de Matías, o fornecedor de Franco. Depois de apresentarem Franco à delegacia de polícia, foram até o endereço de Matías, um estabelecimento comercial e, ao revistarem seu escritório, encontraram mais 2 (dois) quilogramas de crack, além de anotações de contatos subdistribuidores, dentre os quais estava o nome de Franco.

Diante desse cenário, os elementos probatórios colhidos:

- A) São integralmente válidos, em relação a ambos os investigados, em razão do estado de flagrante delito, considerando tratar-se de crime permanente.
- B) São inválidos em relação a Franco, pois ilícita a prova, mas válidos em relação a Matías, em razão da fonte independente;
- C) São inválidos em relação a Franco, pois ilícita a prova, mas válidos em relação a Matías, em razão da descoberta inevitável;
- D) São inválidos em relação a Franco, pois ilícita a prova, mas válidos em relação a Matías, em razão da teoria da mancha purgada;
- E) São inválidos em relação a ambos, sendo ilícita a prova em relação a Franco e ilícita por derivação a prova colhida em relação a Matías;

16) O delegado de polícia, acompanhado de quatro agentes da polícia civil, bate à porta de Reinaldo e apresenta um mandado de prisão preventiva em relação a João Pedro. Surpreso com a informação de que seu amigo e colega de trabalho, João Pedro, teria contra si um mandado de prisão, permite a entrada dos policiais, que efetuam a prisão. Ao revistar João Pedro, os policiais encontram um revólver calibre .38 municiado e com numeração raspada. Levado o preso à viatura policial, os agentes resolvem vasculhar os cômodos da casa de Reinaldo, por acharem a aparência do morador suspeita. Durante o vasculhamento descobriram, em um fundo falso do guarda-roupas, material pornográfico infantil. Questionado, Reinaldo assumiu a propriedade do material. Assim, foi preso em flagrante.

Diante desse cenário, os elementos probatórios obtidos:

- A) Em relação a ambos os investigados são lícitos, porquanto derivaram do princípio da serendipidade.
- B) Em relação a João Pedro, a apreensão da arma é lícita, em razão da serendipidade. Já em relação a Reinaldo, a prova é ilícita porque houve desvio de finalidade no cumprimento da ordem judicial de prisão preventiva;
- C) Em relação a Reinaldo, a apreensão do material pedofílico é lícita em razão da justa causa, reforçada pela confissão informal; Quanto a João Pedro, a apreensão é ilícita, porquanto derivou de desvio de finalidade no cumprimento da ordem judicial de prisão preventiva;
- D) Em relação a João Pedro, a apreensão da arma é lícita, em razão da serendipidade. Já em relação a Reinaldo, a apreensão do material pedofílico foi lícita, em razão da justa causa, reforçada pela confissão informal; contudo, a homologação da prisão em flagrante de Reinaldo depende de manifestação de vontade da vítima, ainda que dispensadas maiores formalidades nessa representação;
- E) Em relação a ambos os investigados são ilícitos, em razão de desvio de finalidade no cumprimento da ordem judicial de prisão preventiva;

DIREITO ADMINISTRATIVO

17) A Administração Pública possui a prerrogativa de exercer o controle sobre seus próprios atos, de maneira que pode anulá-los ou revogá-los. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

Alternativas:

- A) Anular seus atos administrativos que estejam eivados de nulidade, desde que a anulação não afete a segurança jurídica.
- B) Anular seus atos administrativos que apresentem nulidade a qualquer tempo, independentemente de qualquer limitação temporal.
- C) Revogar seus próprios atos administrativos por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitando-se os direitos adquiridos.
- D) Revogar seus atos administrativos por motivos de conveniência ou oportunidade, sem que isso gere direitos.
- E) Anular seus atos administrativos por motivos de conveniência ou oportunidade.

18) O Estado Beta, em conformidade com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), realizou um procedimento de credenciamento, por meio de processo administrativo de chamamento público, convocando interessados em prestar determinados serviços. Após o cumprimento dos requisitos necessários, os interessados foram credenciados no órgão para executar o objeto contratado conforme a demanda. Nesse contexto, de acordo com o diploma legal mencionado, qual é a situação do procedimento licitatório para a contratação por credenciamento?

Alternativas:

- A) Inexigível, por expressa previsão legal.
- B) Dispensável, por expressa previsão legal.
- C) Obrigatória, na modalidade diálogo competitivo.
- D) Obrigatória, na modalidade pregão.
- E) Obrigatória, na modalidade leilão.

19) Adailton recebeu um auto de infração lavrado pelo Núcleo de Fiscalização do Município de Sol Nascente por inobservância do limite de ruído sonoro de seu estabelecimento comercial, estabelecido em lei complementar, em 10 de setembro de 2023, às 22h. A fiscalização foi realizada após uma denúncia anônima, e a mensuração do ruído foi feita no lado externo do estabelecimento, com uso de equipamentos oficiais, sem a ciência do proprietário ou de qualquer responsável pelo local. A multa foi aplicada no valor máximo, conforme previsto em Portaria do departamento responsável. A respeito da situação narrada, é correto afirmar que:

Alternativas:

- A) Caso uma nova lei complementar venha a aumentar o limite de ruído sonoro permitido, esse novo patamar deve ser imediatamente aplicado ao caso concreto, exceto se já houver decisão administrativa em primeira instância.
- B) A multa é ilegal, pois a fiscalização não pode ser iniciada com base em denúncia anônima, o que prejudica a previsibilidade das ações administrativas e limita o direito de defesa do administrado.
- C) A multa é ilegal, uma vez que infrações administrativas, sanções e a correspondente dosimetria devem estar previstas em lei formal, e não em regulamento, em virtude do princípio da reserva absoluta de lei no Direito Administrativo.
- D) O devido processo legal no processo administrativo sancionador municipal é garantido pelos seguintes direitos: contraditório, ampla defesa, proibição de sigilo no processamento, vedação à reformatio in pejus, condução por autoridade competente e recurso com efeitos devolutivo e suspensivo.
- E) O poder público pode substituir a multa por um acordo contendo obrigações de dar, fazer ou não fazer, como o compromisso de respeitar o limite de ruído sonoro, desde que sejam observados os requisitos do Art. 26 da LINDB, com motivação que demonstre ser o interesse público a melhor solução no caso concreto e, preferencialmente, que o acordo esteja regulamentado.

20) Após recomendação do comitê de integridade, o Tribunal de Justiça do Estado Alfa criou um departamento específico para tratar de licitações e contratos administrativos. Uma das atribuições desse novo departamento é assegurar o cumprimento das diretrizes legais no planejamento de compras. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, qual é a previsão correta para o planejamento de compras públicas?

Alternativas:

- A) Planejamento anual, observando as condições de aquisição e pagamento equivalentes às praticadas pelo setor privado.
- B) Planejamento anual, observando o princípio da responsabilidade fiscal, mas proibida a comparação entre a despesa estimada e a despesa prevista no orçamento.
- C) Planejamento semestral, observando o princípio da padronização e a compatibilidade das especificações técnicas, sem considerar aspectos estéticos.
- D) Planejamento plurianual para os próximos quatro anos, observando o princípio da aglutinação de compras e proibida a fragmentação de licitação, ainda que o parcelamento seja tecnicamente viável e economicamente vantajoso.
- E) Planejamento plurianual para os próximos quatro anos, observando a determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas com base no consumo e na utilização estimados, preferencialmente por meio de técnicas quantitativas adequadas, sendo vedado o fornecimento contínuo.

21) O presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado Ômega, com o objetivo de reduzir as despesas operacionais do Judiciário estadual, decidiu implementar medidas para diminuir os custos mensais com energia elétrica. Para isso, o TJ publicou um edital de licitação com o critério de escolha baseado no maior retorno econômico, ou seja, os licitantes deverão apresentar propostas que gerem a maior economia para o órgão. A remuneração do contratado será estabelecida com base no percentual de economia efetivamente alcançada. Assim, considerando a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), qual é o tipo de contrato que será firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado Gama e o licitante vencedor?

Alternativas:

- A) Contrato de eficiência.
- B) Contrato de concessão.
- C) Termo de parceria.
- D) Contrato de gestão.
- E) Acordo de cooperação técnica.

22) Em 2012, a União se apropriou de um imóvel pertencente a Roberto sem observar as formalidades legais previstas para o processo de desapropriação. Logo após a apropriação, foi construído um prédio no local, que desde então abriga diversos órgãos públicos federais. Como Roberto era aposentado e costumava viajar frequentemente para o exterior, ele só ajuizou ação indenizatória por desapropriação indireta em 2023. Com base na atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em recurso repetitivo, qual deve ser a decisão do Juízo Federal quanto ao prazo prescricional aplicável?

Alternativas:

- A) A pretensão de Roberto já está prescrita, pois se aplica o prazo de dez anos previsto para usucapião extraordinária no Código Civil.
- B) A pretensão de Roberto não está prescrita, uma vez que se aplica o prazo de quinze anos estipulado para usucapião ordinária no Código Civil.
- C) A pretensão de Roberto não está prescrita, pois se aplica o prazo de vinte anos estabelecido para usucapião extraordinária no Código Civil.
- D) A pretensão de Roberto já está prescrita, pois é aplicável o prazo quinquenal para dívidas passivas de entes públicos, conforme disposto no Decreto nº 20.910/1932.
- E) A pretensão de Roberto não está prescrita, pois o ressarcimento ao particular por atos dolosos do poder público é imprescritível, sob pena de enriquecimento ilícito da União.

23) Tício estava dentro de uma loja de fogos de artifício em sua cidade com a intenção de comprar diversos produtos para a festa junina que se aproximava, quando ocorreu uma grande explosão no local, causando-lhe queimaduras e destruindo seus pertences. Considerando a legislação vigente e a jurisprudência atual, é correto afirmar que:

- A) A responsabilização civil do Município é sempre cabível pelos danos causados por explosões em estabelecimentos que comercializam fogos de artifício.
- B) Em virtude do dever de fiscalização, o Município será sempre responsável pelos danos causados, mesmo que o estabelecimento de fogos de artifício possua licença regular de funcionamento com observância das normas legais.
- C) A exploração comercial de fogos de artifício, por ser uma atividade privada, não gera, sob nenhuma circunstância, a responsabilidade civil do Município pelos danos decorrentes dessa atividade.
- D) O simples requerimento de licença para instalação de comércio de fogos de artifício cria o dever de fiscalização do Município, que será sempre responsabilizado em caso de dano a terceiros.
- E) O Município poderá ser responsabilizado civilmente por omissão específica quando tiver conhecimento de eventuais irregularidades praticadas pelo estabelecimento e não tomar as providências cabíveis.

24) Maria, professora e pesquisadora do instituto do *whistleblower*, se deparou com um texto no qual um articulista explicava que esse instituto consiste na adoção de medidas que impedem retaliações contra aqueles que, ao tomarem conhecimento de ilicitudes no ambiente público ou privado, denunciam tais irregularidades às autoridades competentes. A partir dessas noções básicas, Maria questionou sua aluna Josefa sobre aspectos específicos da aplicação desse instituto na legislação brasileira. Qual das respostas abaixo representa corretamente a posição da legislação brasileira sobre o tema?

A) O instituto foi incorporado à legislação brasileira por meio da colaboração premiada, na qual o colaborador deve fornecer informações úteis para elucidar infrações penais, fazendo jus às medidas de incentivo e proteção que forem acordadas.

B) O instituto possui como elementos essenciais as normas de incentivo, como as recompensas financeiras, e as normas de proteção, que visam resguardar a integridade jurídica do colaborador. Entretanto, a legislação brasileira adotou apenas as normas de incentivo.

C) A colaboração com as autoridades geralmente é feita por um insider, mas a lei brasileira que regula a oferta de informações úteis se aplica a qualquer indivíduo, permitindo que todos os entes federativos possam oferecer recompensas e garantindo medidas de proteção ao colaborador.

D) O instituto é caracterizado pela possibilidade de o colaborador, mesmo estando diretamente envolvido no ilícito, se beneficiar da consensualidade de pura reprimenda, aceitando a sanção proposta pelo Estado, ou da consensualidade de colaboração, fornecendo informações para obter benefícios.

E) Normas de incentivo e proteção são elementos essenciais do instituto, que se destina tanto a insiders quanto a outsiders, mas a legislação brasileira focou apenas nos insiders, que devem possuir vínculo com a estrutura pública ou privada onde ocorreu o ilícito.

25) O Supremo Tribunal Federal (STF) já afirmou que o combate à corrupção, à ilegalidade e à imoralidade no âmbito do poder público deve ser prioridade absoluta para todos os órgãos constitucionalmente instituídos, pois a corrupção compromete a disponibilidade de recursos para políticas públicas de qualidade. Uma das ferramentas utilizadas para combater a corrupção no serviço público é a ação por ato de improbidade administrativa. Recentemente, ao analisar a matéria, o STF se pronunciou sobre a possibilidade de aplicação da colaboração premiada, prevista na Lei nº 12.850/2013, em ações civis por ato de improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público. Nesse sentido, o STF decidiu que a utilização da colaboração premiada nesse contexto é: Alternativas:

- A) Inconstitucional, pois já existe um instituto específico de cooperação e consensualidade no direito sancionador aplicado à improbidade administrativa, que é o acordo de não persecução cível.
- B) Inconstitucional, uma vez que se aplica o princípio da independência das instâncias de responsabilização administrativa, cível e criminal, tornando inadequada a aplicação, por analogia, de um instituto negocial próprio do direito penal.
- C) Constitucional, sem a necessidade de estabelecer diretrizes específicas, bastando adotar a teoria do diálogo das fontes, desenvolvida pelo jurista Erik Jayme, para interpretar a Lei de Improbidade Administrativa.
- D) Constitucional, desde que sejam observadas algumas diretrizes, como a exigência de que o ressarcimento ao erário pelo agente colaborador seja integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo permitida apenas a negociação do modo e das condições de pagamento.
- E) Constitucional, desde que respeitadas certas diretrizes, como a exigência de que o acordo de colaboração seja firmado pelo Ministério Público, sem necessidade de participação da pessoa jurídica interessada, mas que seja obrigatoriamente homologado pelo juiz competente.

26) Em janeiro de 2023, o Município Y ajuizou uma ação de improbidade administrativa contra Mévio, pleiteando, entre outros pedidos, o ressarcimento dos danos causados ao erário. Em sua defesa, Mévio apresentou como preliminar a alegação de ilegitimidade ativa do Município para propor a referida ação. Com base no atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, qual é a posição correta acerca da legitimidade ativa para a propositura de ação de improbidade administrativa?

Alternativas Reescritas:

- A) Somente o Ministério Público possui legitimidade para ajuizar ações destinadas à aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.230/2021.
- B) O Município tem legitimidade apenas para participar da celebração de acordo de não persecução cível como interessado no ressarcimento ao erário, não podendo atuar como parte autora em ação de improbidade.
- C) O ente público que tenha sofrido prejuízo em decorrência de atos de improbidade possui legitimidade concorrente com o Ministério Público para propor ação de improbidade administrativa.
- D) As regras sobre legitimidade para a propositura de ações por ato de improbidade administrativa previstas na Lei nº 14.230/2021 são plenamente constitucionais.
- E) O ente público que tenha sofrido prejuízo em razão de atos de improbidade possui legitimidade para propor ação civil em tais casos, mas não pode celebrar acordo de não persecução cível, competência exclusiva do Ministério Público.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

27) Discute-se sobre a possibilidade de o(a) juiz(a) se guiar pelo pragmatismo jurídico ao decidir os casos que lhe são submetidos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- A) O pragmatismo jurídico se afasta do idealismo, mas não do racionalismo, valendo-se da razão para, mediante raciocínio predominantemente dedutivo, analisar a melhor solução para o caso, à luz das normas jurídicas aplicáveis.
- B) O consequencialismo, que confere prioridade à análise das consequências das decisões, constitui desdobramento do pragmatismo e não possui respaldo no ordenamento jurídico brasileiro.
- C) O consequencialismo possui previsão em dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e, assim como o contextualismo e o anti-fundacionalismo, constitui característica do pragmatismo jurídico.
- D) Diante da previsão do consequencialismo na LINDB, o(a) magistrado(a) deve conferir peso preponderante à análise das consequências, independentemente do que dispuserem as normas aplicáveis.
- E) O pragmatismo jurídico não tem afinidade com a Análise Econômica do Direito, que, apoiada em conceitos técnicos, confere preponderância à análise racional e conceitual abstratas.

28) Tendo em vista as inovações tecnológicas e seus impactos sobre o Poder Judiciário, sobre o processo judicial e sobre a investigação criminal, assinale a alternativa correta:

- A) O Juízo 100% Digital, disciplinado pela Resolução 345/2020 do CNJ, é caracterizado pela prática de todos os atos processuais por meio eletrônico e depende da adesão das partes, sendo permitido, todavia, que o juiz decida pela sua adoção contra a vontade de uma das partes quando o valor da causa for inferior a 20 salários-mínimos.
- B) Conforme jurisprudência do STJ, a determinação judicial de quebra de sigilo de dados informáticos estáticos (registros), relacionados à identificação de usuários que operaram em determinada área geográfica (“geofencing”), suficientemente fundamentada, não ofende a proteção constitucional à privacidade e à intimidade.
- C) O uso de algoritmos para a prolação de decisões judiciais é amplamente admitido, independentemente da matéria, pois já se afastaram os riscos associados, inclusive os de discriminação algorítmica.
- D) Conforme a regulamentação do CNJ, as audiências virtuais podem ser amplamente implementadas, salvo em relação às audiências de custódia, que devem sempre ser realizadas no formato presencial.
- E) Conforme a regulamentação do CNJ, as audiências podem ser realizadas virtualmente, com a presença remota das partes, de seus advogados, das testemunhas e do próprio magistrado.

29) João, Maria, Lucas e Sara recém ingressaram na magistratura e examinam como moldar sua conduta aos parâmetros éticos que regem a carreira. Nesse sentido:

I. João, que não é professor, possui perfil em rede social no qual comenta diariamente decisões judiciais, tecendo-lhes inúmeras críticas, comumente em tom jocoso.

II. Maria é sócia de pequeno negócio familiar, que ajuda a administrar, o que lhe exige pouco tempo diário.

III. Lucas não possui filiação partidária, mas realiza semanalmente postagens em redes sociais com apoios e críticas a lideranças políticas ou partidos políticos.

IV. Sara, cujo perfil em redes sociais possui dezenas de milhares de seguidores, recebe diversos patrocínios de editoras e cursos preparatórios para concursos para promover seus serviços ou produtos.

São compatíveis com as disposições do Código de Ética da Magistratura e a Resolução 305/2019 do CNJ as atividades indicadas em:

A) Apenas I, pois a crítica integra a liberdade de expressão, direito fundamental que merece tutela também quando exercido por magistrado.

B) Apenas II, pois se trata de pequena empresa de que ela não é a única administradora, de modo que a atividade não é incompatível com a magistratura.

C) Apenas III, pois não é vedado ao juiz que se manifeste sobre tema político-partidário, desde que não seja filiado a partido político.

D) Apenas IV, pois os patrocínios estão relacionados a tema educacional, a revelar que se trata, em última análise, de atividade relacionada ao magistério, cumulável com a magistratura.

E) Nenhum dos itens, pois todas as atividades indicadas incidem em vedações impostas à magistratura.

30) O conceito de justiça é central na Filosofia do Direito e um tema igualmente relevante, do ponto de vista prático, para os(as) magistrados(as). Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

A) Em sentido amplo, a justiça é considerada um valor universal – e, portanto, absoluto –, numa perspectiva própria do juspositivismo.

B) Em sentido estrito, a justiça é tomada como um valor jurídico-político – e, portanto, relativo –, numa perspectiva própria do jusnaturalismo.

C) Conforme Santo Tomás de Aquino, a justiça comutativa diz respeito aos conceitos comuns compartilhados pela comunidade, ao passo que a justiça distributiva cuida de distribuir igualmente os bens nas trocas comerciais.

D) A equidade, em Aristóteles, é entendida como a correção da lei quando ela é deficiente em razão de sua universalidade e, por isso, não logra abranger as peculiaridades do caso.

E) Conforme Hans Kelsen, cumpre ao direito positivo refletir critérios de justiça universalmente aceitos, do que depende a própria legitimidade do ordenamento jurídico.

31) A Constituição Federal de 1988, além de tutelar a igualdade (art. 5º, caput), prevê, como objetivo da República Federativa do Brasil, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” Acerca do direito da antidiscriminação, assinale a alternativa correta:

A) O Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero fundamenta-se na noção de igualdade substantiva e estabelece, como uma de suas diretrizes, uma interpretação não abstrata do direito, de forma atenta a como conceitos, categorias e princípios não são universais e podem ter resultados mais ou menos subordinatórios a partir da lente utilizada.

B) A noção de discriminação indireta se refere ao tratamento diferenciado sofrido por terceiro como efeito indesejado de um ato discriminatório intencionalmente dirigido a alguém.

C) Conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, de modo que não mais se admite a curatela da pessoa com deficiência.

D) Pessoas autodeclaradas parte da população LGBTI submetidas à perseguição penal têm o direito de ser tratadas pelo nome social, de acordo com sua identidade de gênero, mesmo que distinto do nome que conste de seu registro civil, cabendo ao magistrado, desde que de competência cível, diligenciar pela emissão dos respectivos documentos ou pela retificação da documentação civil da pessoa (Resolução nº 348/2020 do CNJ).

E) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) adotou a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente, o que não afasta, todavia, a aplicação da doutrina da situação irregular quando verificado que a criança ou adolescente está em situação de risco.

32) A sociedade limitada ABC foi contratada pelo Município Alfa para prestar serviços de vigilância patrimonial. José, um dos administradores da sociedade, oferece R\$ 15.000,00 à servidora fiscal do contrato, Maria, para que ela deixe de assinalar a inobservância, pela contratada, de normas trabalhistas. Maria se recusa a receber a quantia e comunica o fato à autoridade competente, que instaura processo administrativo para apurar a conduta. Quanto à responsabilização da sociedade e de José, pode-se afirmar que:

A) A responsabilização civil e administrativa da sociedade ABC e de José é objetiva, isto é, independe da prova de culpa.

B) A responsabilização civil e administrativa da sociedade só é configurada se for demonstrado que a conduta de José refletiu uma decisão dos órgãos diretivos da pessoa jurídica, sendo insuficiente que tenha sido praticada em seu benefício.

C) Conforme a teoria da dupla imputação, adotada pela Lei 12.846/2013, a sociedade ABC só pode ser responsabilizada civil e administrativamente se José também o for.

D) A sociedade ABC responde objetivamente nos planos civil e administrativo, mas subjetivamente no plano criminal, ao passo que José só responde subjetivamente em todas essas esferas.

E) A sociedade ABC responde objetivamente nos planos civil e administrativo, diferentemente de José, cuja responsabilização demanda prova da culpa, e a responsabilização de José não é indispensável para a responsabilização da sociedade ABC.

DIREITOS HUMANOS

33) No âmbito do direito internacional de proteção dos direitos humanos, há diversos tratados e convenções internacionais que constituem verdadeiros marcos no desenvolvimento da matéria. São exemplos disso, no sistema global de proteção, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). Tamanha é a importância desses três instrumentos internacionais que a doutrina convencionou designá-los, em conjunto, com denominação própria. Assinale abaixo a alternativa que contém essa designação outorgada ao conjunto dos três tratados:

- A) Pacto Global de Proteção dos Direitos Humanos.
- B) Carta Humanitária da ONU.
- C) Pacto Internacional do Sistema Global.
- D) Carta Internacional dos Direitos Humanos.
- E) Enciclopédia dos Direitos Humanos.

34) Sobre as temáticas da teoria geral dos direitos humanos e da sua relação com a atividade das empresas, assinale a alternativa correta:

- a) os direitos humanos são marcados pela característica da disponibilidade, de forma que o indivíduo, se assim quiser, pode renunciar à sua proteção perante a coletividade.
- b) os tratados internacionais de direitos humanos, assim como a legislação interna relativa à matéria, são aplicáveis unicamente na relação entre Estado e indivíduo. Por esse motivo, as empresas devem observar as normas atinentes à proteção dos direitos humanos apenas de forma indireta, a partir da relação que possuem com o Estado.
- c) as características da universalidade e da interdependência dos direitos humanos foram reforçadas pela adoção da Agenda 2030, em que se estabeleceram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a serem perseguidos pelas nações, sendo um deles promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.
- d) o tema dos direitos humanos nas empresas já foi objeto de tratados internacionais específicos, com força vinculante, no sistema global de proteção, não tendo o Brasil, todavia, internalizado qualquer das convenções até o presente momento.
- e) A cláusula do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal de 1988, in verbis: “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”, representa o que a doutrina convencionou denominar de natureza taxativa dos direitos humanos.

35) Em 2021, o Conselho Nacional de Justiça publicou o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, resultante do trabalho realizado por Grupo de Trabalho instituído pela Portaria CNJ n. 27, de 2 de fevereiro de 2021. Consta na apresentação realizada pelo Grupo de Trabalho no mencionado Protocolo: “Este protocolo é fruto do amadurecimento institucional do Poder Judiciário, que passa a reconhecer a influência que as desigualdades históricas, sociais, culturais e políticas a que estão submetidas as mulheres ao longo da história exercem na produção e aplicação do direito e, a partir disso, identifica a necessidade de criar uma cultura jurídica emancipatória e de reconhecimento de direitos de todas as mulheres e meninas.”.

Acerca do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, analise as afirmativas a seguir.

I. O Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero está relacionado à condenação do Estado brasileiro no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em caso envolvendo violência contra a mulher.

II. A aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero não é obrigatória, servindo como mera recomendação, podendo os juízes e juízas optarem pela sua observância no processamento e julgamento das ações judiciais.

III. A elaboração do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero teve inspiração em instrumento similar adotado em Honduras e no Chile, que impactou a confecção do Protocolo brasileiro. Está correto o que se afirma em:

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) I e II, apenas.

D) II e III, apenas.

E) I, II e III.

36) O Brasil, em 1992, internalizou a Convenção Americana dos Direitos Humanos, por meio do Decreto n. 678, de 6 de novembro de 1992. Em 1998, o Estado brasileiro, em conformidade com o art. 62 da Convenção Americana, reconheceu a competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção, para fatos posteriores a 10 de dezembro de 1998.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil figurou como réu em diversos processos perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). Acerca dos casos em que restou condenado, é correto afirmar.

- A) O Brasil já foi condenado no âmbito da Corte IDH por violência obstétrica contra a mulher, de que é exemplo o caso Alyne Pimentel.
- B) Houve condenação do Brasil em caso envolvendo direitos de população indígena (Caso Povo Xucuru), em que o Estado foi condenado por violação à propriedade coletiva, à integridade pessoal e ao dever de adotar disposições de direito interno conformes a Convenção Americana.
- C) O Caso Sales Pimenta retrata situação em que o Brasil foi condenado por não ter disponibilizado a acusado em processo penal defesa técnica eficaz e diligente, resultando na condenação do indivíduo por crime com provas colhidas unicamente em âmbito policial.
- D) O Brasil não possui condenações na Corte IDH em casos que versam sobre desaparecimento forçado de pessoas e proibição de tortura.
- E) Já restou o Brasil condenado no âmbito da Corte IDH, em mais de uma vez, em casos que têm por base mortes violentas ocorridas em contexto de atuação policial, nos quais foi reconhecida pela Corte a necessidade de investigações imparciais e independentes, conduzidas por órgão distinto daquele envolvido no incidente.

37) Conforme prevê a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto San José da Costa Rica), a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) possui competência tanto contenciosa quanto consultiva. Acerca dessas funções e de pronunciamentos da Corte IDH, assinale a alternativa correta:

- A) Em suas opiniões e pareceres consultivos, a Corte IDH profere pronunciamentos com natureza meramente orientativa, que não vinculam ou obrigam os Estados. Cuida-se, portanto, de função secundária e que não possui utilidade quando comparada à função jurisdicional contenciosa.
- B) A jurisprudência da Corte IDH, em ambas as funções, é marcada por uma postura de autocontenção e de interpretação restritiva das normas internacionais de proteção dos direitos humanos. São exemplos disso a limitação do conceito de vítima e a vedação de justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais previstos na Convenção Americana.
- C) A Corte IDH possui opinião consultiva a respeito dos efeitos da denúncia realizada à Convenção Americana de Direitos Humanos por Estado-membro. Em tal ocasião, entendeu a Corte IDH que a denúncia possui efeitos retroativos, operando-se a liberação do Estado quanto às obrigações da Convenção imediatamente a partir do momento em que realiza a notificação do ato de denúncia.
- D) Embora possua pareceres consultivos acerca da temática, a Corte IDH, até o presente momento, não proferiu sentenças condenatórias em casos contenciosos que retratem a aplicação de Leis de Anistia e a situação de impunidade causada pelo obstáculo às investigações e processos judiciais.
- E) Recentemente, a Corte IDH, no Caso Brítez Arce vs. Argentina, tratou do tema da violência obstétrica contra a mulher. Na sentença condenatória, a Corte IDH entendeu a violência obstétrica como forma de violência de gênero, fixando a responsabilidade do Estado por ter violado, dentre outros, o direito à vida, à integridade pessoal e à saúde da vítima.

38) Quanto ao controle de convencionalidade e ao diálogo entre as cortes internacionais na proteção dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- A) Não há possibilidade de controle de convencionalidade quanto a atos internos dos Estados, mas apenas de suas normas em abstrato, que são cotejadas à luz das normas internacionais.
- B) No âmbito da proteção internacional dos direitos humanos, cada sistema de proteção existe e funciona de forma isolada, sem que seja possível a menção a julgamentos de cortes internacionais alheias ao respectivo sistema.
- C) Na sua matriz nacional, o controle de convencionalidade é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário nacional, tratando-se, assim, de atribuição privativa dos juízes.
- D) Todos os órgãos internos do Estado são responsáveis pela realização do controle de convencionalidade das leis internas do país em face das normas internacionais.
- E) Apesar de ser utilizado no estrangeiro, o controle de convencionalidade é vedado no Brasil, que se restringiu à adoção do controle de constitucionalidade na Constituição Federal de 1988.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

39) Em relação aos Juizados Especiais Cíveis disciplinados pela Lei n.º 9.099/95, assinale a alternativa incorreta.

- A) É competente o Juizado Especial Cível do foro do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.
- B) Não poderão ser partes, no processo instituído pela Lei n.º 9.099/95, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil, admitindo-se, no entanto, a propor ação perante o Juizado Especial, as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.
- C) É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação, porém não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.
- D) Quando for reconhecida a incompetência territorial, o processo deverá ser remetido ao juízo competente, não devendo ser extinto sem resolução de mérito.
- E) O recurso contra a sentença deverá interposto no prazo de dez dias, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente, e terá somente efeito devolutivo, podendo, contudo, o juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável para a parte.

40) Acerca do mandado de segurança e sua disciplina a partir da Lei n.º 12.016/09, assinale a alternativa correta.

- A) É cabível mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- B) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de trinta dias, quando notificado judicialmente.
- C) O ingresso de litisconsorte ativo não será admitido após a distribuição da petição inicial.
- D) A sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição no caso de denegação da segurança.
- E) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos cento e vinte dias, contados da prática do ato impugnado.

41) Acerca da ação civil pública (Lei n.º 7.347/85) e da ação popular (Lei n.º 4.717/65), assinale a alternativa incorreta.

- A) A prova da cidadania, para ajuizamento da ação popular, será feita com o título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda.
- B) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.
- C) Em caso de litigância de má-fé, a associação que ajuizou a ação civil pública e os diretores responsáveis pela sua propositura serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.
- D) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação popular está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- E) É cabível ação civil pública para veicular pretensões que discutam meio ambiente, consumidor, infração da ordem econômica, ordem urbanística, tributos, contribuições previdenciárias e qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

42) André ingressou com ação indenizatória por danos materiais contra Bruno, tendo como causa de pedir uma colisão de trânsito. André argumentou que, dias antes, Bruno se distraiu e deixou de frear seu veículo no semáforo, motivo pelo qual abalroou a traseira do carro de André. Citado, Bruno apresentou contestação e denunciou a lide à sua seguradora, denominada Carlos Seguros S/A, a fim de exercer, em desfavor desta, o seu alegado direito de regresso. Deferida a denúncia, Carlos Seguros S/A reconheceu juridicamente o pedido do autor, mas contestou a ação regressiva; no mesmo prazo de contestação, denunciou a lide à resseguradora Delta S/A. Sobre o caso acima, assinale a afirmativa correta.

- A) O juiz deve indeferir a denúncia da lide feita por Carlos Seguros S/A a Delta S/A, uma vez que o Código de Processo Civil não admite a figura da denúncia da lide sucessiva;
- B) Caso Carlos Seguros S/A tivesse optado por não denunciar a lide a Delta S/A e, ao final, viesse a sofrer a condenação, ela não poderia, depois de transitada em julgado a demanda, ajuizar ação autônoma de regresso contra Delta S/A, diante da aplicação do instituto da preclusão;
- C) Por ser a denúncia da lide uma faculdade processual exclusiva da parte demandada, não poderia André, como autor, denunciar a lide à sua seguradora, para o caso de Bruno ser vitorioso na ação;
- D) Na hipótese de o juiz condenar Bruno na demanda principal e condenar Carlos Seguros S/A na ação regressiva, André poderá ingressar com cumprimento de sentença contra Bruno e também contra Carlos Seguros S/A, nos limites da condenação desta na ação regressiva;
- E) Se o juiz indeferir o pedido de denúncia da lide por Carlos Seguros S/A a Delta S/A, essa decisão é recorrível por agravo de instrumento; no entanto, em caso de deferimento desse pedido, a decisão é irrecorrível.

43) Leia os casos concretos a seguir apresentados:

I – Em determinada licitação, após a análise das propostas, a Empresa A sagrou-se vencedora. Inconformada, a Empresa B ingressou com ação anulatória contra o ente público, com o intuito de anular o ato administrativo de julgamento das propostas, bem como o ato que adjudicou o objeto contratual à Empresa A.

II – André é credor de uma obrigação de pagar quantia, consubstanciada em título executivo extrajudicial, cujos devedores solidários são Bernardo, Carlos e Daniel. Em razão do inadimplemento na data de vencimento, André ajuizou ação de execução em face, tão somente, de Bernardo e de Carlos.

III – Alexandre ajuizou ação de anulação de contrato em face de Bianca, alegando vício do negócio jurídico. Ocorre que, além de Bianca, também haviam celebrado o contrato César e Diego.

IV - Adriano exerce posse mansa e pacífica de imóvel por tempo suficiente a garantir-lhe a aquisição por usucapião. A propriedade registral do bem é de Bruno, e os confinantes da área são Cleber, proprietário do imóvel vizinho da direita, e Davi, proprietário do imóvel vizinho da esquerda. Adriano ajuizou ação de usucapião contra Bruno, sem qualificar Cleber e Davi, e tampouco requereu a citação dos confinantes.

Com base nas situações acima apresentadas e considerando as disposições do CPC acerca do instituto do litisconsórcio, assinale a alternativa correta:

- A) no caso I, o juiz deverá incluir de ofício no polo passivo a Empresa B, haja vista a configuração do litisconsórcio passivo necessário;
- B) no caso II, o juiz deverá intimar André para que emende a inicial, incluindo Daniel no polo passivo, sob pena de extinção da ação, haja vista a configuração do litisconsórcio passivo necessário;
- C) no caso III, se o feito prosseguir sem a integração de César e de Diego, a sentença será ineficaz em relação a eles;
- D) no caso IV, se o feito prosseguir sem a integração de Cleber e Davi, a sentença será nula;
- E) nos casos I, III e IV, está-se diante de litisconsórcio passivo necessário, ao passo que, no caso II, se está diante de litisconsórcio passivo facultativo.

44) Rodrigo é promotor de justiça e interveio como fiscal da ordem jurídica em determinada ação de alimentos, considerando o processo envolver interesse de incapaz. Ocorre que, durante o trâmite da demanda, percebeu-se que a advogada do alimentante era sobrinha de Rodrigo.

Com base no caso narrado, assinale a alternativa correta:

- A) há impedimento de Rodrigo, cuja alegação não se submete à preclusão;
- B) há suspeição de Rodrigo, cuja alegação se submete à preclusão;
- C) não há impedimento nem suspeição, pois tais institutos só se aplicam à figura do juiz;
- D) não há impedimento nem suspeição, pois tais institutos só se aplicam ao promotor quando o MP atua como parte, mas não quando ele atua como custos iuris;
- E) não há impedimento nem suspeição, que só se aplicam até o parentesco de 2º grau;

45) Acerca das regras de competência estabelecidas no CPC15, assinale a alternativa correta:

- A) Em regra, a ação fundada em direito real sobre bens móveis e imóveis será proposta no foro de situação da coisa.
- B) O foro do domicílio do autor ou do local do fato é o competente para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, exceto aeronaves.
- C) Em se tratando de ação fundada em direito pessoal, sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele poderá ser demandado em qualquer foro.
- D) É competente o foro do lugar da sede da serventia notarial ou de registro para a ação de reparação de dano por ato praticado em razão do ofício.
- E) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, exceto se o óbito ocorreu no estrangeiro.

46) João ajuizou demanda em face de Pedro, requerendo a condenação deste à indenização por danos materiais e morais sofridos por um acidente de trânsito causado pelo réu. Na inicial, João apontou que seu carro ainda se encontrava na oficina para reparos mecânicos, não sendo possível precisar o valor total dos custos referentes ao conserto, razão pela qual não indicou uma quantia específica a ser ressarcida pelos danos materiais. Quanto aos danos morais, também não indicou a quantia pretendida, requerendo que fosse fixada a partir do prudente critério do juiz.

A partir desse panorama, assinale a alternativa correta:

- A) O pedido deve ser certo em relação aos danos materiais, devendo o autor necessariamente indicar uma quantia na inicial a título de condenação pretendida, ainda que não lhe seja possível determinar as consequências do fato desde logo.
- B) Ainda que não haja pedido expresso na inicial de condenação do réu ao pagamento de honorários advocatícios, o juiz pode fixá-los em sentença, sem que incorra em violação ao princípio da adstrição.
- C) O CPC15 não exige que o autor indique na inicial a quantia pretendida a título de dano moral, não havendo irregularidade no requerimento de fixação a critério do juiz.
- D) Compreendendo o juiz pela necessidade de emenda da inicial, deve intimar o autor para o fazer, no prazo de 15 dias, não sendo exigida a indicação precisa dos pontos que devem ser corrigidos.
- E) João se valeu de espécie de cumulação imprópria de pedidos.

47) Acerca do instituto da tutela provisória, assinale a alternativa correta.

- A) A parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, sendo que a indenização será liquidada, em regra, em autos apartados.
- B) A tutela antecipada concedida em caráter antecedente poderá ser revista, reformada ou invalidada após dois anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo. Decorrido o referido prazo sem nenhum tipo de resistência pelo réu, a decisão que concede a tutela fará coisa julgada.
- C) Cessa a eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente se o autor não deduzir o pedido principal no prazo de trinta dias contados da decisão que a deferiu.
- D) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental, dependendo, em ambos os casos, do pagamento de custas.
- E) Se as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos, é possível a concessão de tutela de evidência liminarmente.

48) Augusto ajuizou ação de manutenção de posse em face de Ricardo, objetivando a retomada de bem imóvel do qual tinha a posse. Na inicial, além do pedido possessório, requereu também que o demandado o indenizasse pelos prejuízos suportados em razão do esbulho. Após a concessão da liminar, o réu ofereceu contestação, sustentando que os pedidos deveriam ser julgados improcedentes, uma vez que consiste no proprietário do bem imóvel objeto do litígio.

Diante desse cenário, assinale a alternativa correta:

- A) Constatando o juiz que o autor deveria ter sido ajuizado outra modalidade de ação possessória em vez da manutenção de posse, deve intimar o autor para emendar a inicial, uma vez que não pode conhecer do pedido e outorgar a proteção legal sem a referida correção, ainda que os pressupostos estejam provados.
- B) Provando o réu ser o proprietário do bem, o pedido possessório deve necessariamente ser julgado improcedente, uma vez que o direito de propriedade se sobrepõe à posse.
- C) Se Ricardo provar, a qualquer tempo, que Augusto não dispõe de recursos financeiros para responder por perdas e danos no caso de sucumbência, o juiz deverá designar prazo de cinco dias para prestação de caução, real ou fidejussória, ressalvada a impossibilidade por eventual hipossuficiência econômica por parte de Augusto.
- D) O pedido indenizatório formulado na inicial não deve ser conhecido, pois o procedimento especial relacionado às ações possessórias ostenta cognição limitada ao pedido de posse, não admitindo nenhuma espécie de cumulação de pedidos.
- E) Em se tratando de ação ajuizada depois do decurso de ano e dia do esbulho, será a demanda regida pelo procedimento comum, situação em que os requisitos a serem comprovados pelo autor para a concessão do pedido possessório de forma antecipada serão idênticos aos estabelecidos para a concessão da liminar em procedimento especial.

49) Acerca do tema recursos no Código de Processo Civil, analise as seguintes afirmativas:

I – Como regra, a apelação terá efeito suspensivo, salvo nas hipóteses expressamente previstas nas quais começa a produzir efeitos imediatamente após a publicação a sentença, a exemplo da homologação de divisão ou demarcação de terras, da condenação ao pagamento de alimentos e do julgamento de procedência do pedido de instituição de arbitragem. Nos casos em que a apelação é dotada de efeito meramente devolutivo, poderá ser formulado pedido de concessão de efeito suspensivo, devendo ser dirigido ao juiz de primeiro grau no período compreendido entre a interposição da apelação e sua distribuição;

II – O agravo de instrumento será dirigido diretamente ao tribunal competente. É cabível, dentre outras hipóteses, contra as decisões interlocutórias que versarem sobre tutelas provisórias, mérito do processo e exibição ou posse de documento ou coisa. O relator solicitará dia para julgamento em prazo não superior a um mês da intimação do agravado.

III – Em relação aos embargos de declaração, considera-se omissa a decisão que deixar de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos;

IV - Quando o agravo interno for declarado manifestamente improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa. Nesse caso, é permitido ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno.

V – São cabíveis embargos de divergência em relação a acórdão de órgão fracionário que, em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito.

Quais estão corretas?

- A) I, III e IV
- B) I, II, IV e V
- C), II, III, IV e V
- D) II, III e V
- E) I, II e V

50) Quanto ao cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, e à impugnação ao cumprimento de sentença, assinale a alternativa correta:

- A) O cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo, corre por iniciativa e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os danos que o executado haja sofrido, liquidando-se eventuais prejuízos nos mesmos autos.
- B) Alegando o executado excesso de execução, e não declarando de imediato o valor que entende correto, com demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo, deverá o juiz intimá-lo para o fazer, no prazo de 15 dias, não devendo a impugnação ser liminarmente rejeitada, ainda que o excesso de execução consista no único fundamento invocado.
- C) Não é lícito ao réu, antes de ser intimado para o cumprimento da sentença, comparecer em juízo e oferecer em pagamento o valor que entender devido, apresentando memória discriminada do cálculo.
- D) Em cumprimento de sentença relativo à obrigação de pagar alimentos, o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo, sendo que a prisão poderá ser decretada pelo período máximo de dois meses.
- E) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz não poderá, de ofício, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.

DIREITO CIVIL

51) Renato P., adolescente conhecido por “namorador”, encontra o amor de sua vida em Penélope, exatamente dois anos mais velha do que ele, e a pede em casamento. No exato dia do aniversário de 16 anos de Renato, ambos se casam em uma cerimônia em que compareceu apenas a mãe de Renato. O pai do adolescente não pôde comparecer, apenas enviou uma mensagem de whatsapp desejando a felicidade do filho.

Diante desse cenário, o casamento:

- A) é anulável, sendo que os pais de Renato dispõem do prazo de 180 dias para ingressar com ação anulatória do casamento;
- B) é anulável, sendo que somente o pai de Renato poderá ajuizar ação de anulação do casamento, desde que o faça em 180 dias;
- C) é válido porque, ao atingir a idade núbil, Renato não precisa de autorização dos pais;
- D) é válido porque eventuais vícios foram sanados pela aquiescência dos pais;
- E) é válido, mas, caso tivesse ocorrido no dia anterior, seria nulo de pleno direito.

52) Um mês antes do casamento de Pedro e Walter, o pai deste, desconfiado de que o genro estaria querendo aproveitar-se da fortuna de seu filho, ameaça Pedro de morte acaso ele não proponha o regime da separação total de bens. Amedrontado, Pedro propõe a Walter a separação convencional de bens, o que é aceito e o casamento se realiza.

Três meses depois do casamento, Pedro toma coragem de revelar o que acontecera entre ele e o sogro e ingressa com ação declaratória de nulidade do pacto antenupcial, entendendo que, com a invalidade do negócio jurídico, o regime de bens do casamento passará a ser o legal.

Diante deste cenário, o regime de bens vigente no casamento de Pedro e Walter será:

- A) o da comunhão parcial, em razão de ser o regime legal, diante da nulidade do pacto antenupcial celebrado;
- B) o da comunhão parcial, diante da anulabilidade do pacto antenupcial, levantada ainda dentro do prazo decadencial;
- C) o da separação obrigatória, porque Pedro não deveria encarar o casamento como uma forma indireta de enriquecimento;
- D) o da separação convencional, porque Walter não tinha conhecimento da ameaça feita por seu pai ao noivo;
- E) o da separação convencional, porque, em que pese se trate de uma união estável homoafetiva, o pacto antenupcial foi válido porque Walter não tinha conhecimento da ameaça.

53) O casal Maria e João, devidamente habilitado no cadastro de adotantes, ajuíza ação de adoção e inicia estágio de convivência com Arthur, adolescente de 17 anos, em acolhimento institucional e cujos pais já foram destituídos do poder familiar. Os estudos técnicos foram positivos e indicaram a existência de vínculo de afinidade e afetividade entre o casal e o adolescente. Durante a tramitação da ação, Maria e João resolvem se divorciar, razão pela qual peticionaram nos autos da ação de adoção informando sobre a situação do divórcio, mas reafirmando a vontade de manter a adoção de Arthur. Juntaram ao processo acordo quanto à guarda unilateral para Maria e ao regime de visitas à residência de João em fins de semanas alternados. Os autos foram conclusos e, nesse ínterim, Arthur completa a maioridade.

Considerando o caso narrado, o juiz deverá:

- A) julgar procedente o pedido apenas em relação a Maria, considerando que foi ela quem se dispôs a receber Arthur em guarda unilateral, sem prejuízo de que os requerentes mantenham a convivência de João com o adolescente, mas sem a constituição do estado de filiação;
- B) julgar procedente o pedido em relação a ambos os requerentes;
- C) determinar a realização de novos estudos técnicos, para que se apure qual dos requerentes mantém maiores vínculos de afinidade e afetividade com Arthur, e designando, ainda, audiência para oitiva do adolescente;
- D) intimar os requerentes para que aditem a petição inicial, mantendo somente um deles no polo ativo;
- E) extinguir o feito sem resolução de mérito, por perda superveniente do objeto, considerando o atingimento da maioridade por Arthur.

54) João das Couves, em maio de 2010, chegou ao Município de Paim Filho para trabalhar como caseiro na Estância de Francisco Pilar, um abastado proprietário de terras. Após seis meses de trabalho, percebeu que havia uma área cercada de 10 hectares, vizinha à propriedade de seu patrão, que não possuía proprietário. Sendo assim, passou a realizar melhorias naquelas terras, preparando o solo para sua plantação de hortaliças, construindo um galpão e a sua moradia. Após seis meses, pediu demissão do seu emprego de caseiro e passou a viver do seu trabalho nas terras que havia ocupado. Em 2013, Francisco Pilar ingressou com uma ação demarcatória contra João das Couves, alegando que as cercas que estremavam as suas terras estavam equivocadas. Em outubro de 2016, houve o trânsito em julgado da demarcatória, na qual foi reconhecida a demarcação irregular dos lotes, ficando estabelecido que Francisco Pilar estava com área inferior em 5 hectares, se comparada com a área constante do registro. Por conseguinte, em janeiro de 2017, Francisco Pilar ingressou com ação reivindicatória em face de João das Couves em relação aos 5 hectares que seriam de sua propriedade e que estavam indevidamente sob a posse do demandado. Na contestação, João das Couves alegou exceção de usucapião, comprovando que não possuía outros bens.

Diante desse quadro, assinale a alternativa correta:

- A) A ação reivindicatória deverá ser julgada procedente, uma vez que o réu estava em inegável má-fé ao ocupar o imóvel, o que torna impossível a aquisição da propriedade pela usucapião.
- B) A ação reivindicatória deverá ser julgada procedente, uma vez que o autor só tomou conhecimento de que estava esbulhado de sua propriedade após a ação demarcatória, de modo que, pela teoria da actio nata em sua vertente subjetiva, só a partir desse momento poderia contar contra si a prescrição aquisitiva de outrem.
- C) A ação reivindicatória deverá ser julgada improcedente, uma vez que o possuidor reuniu os requisitos para a usucapião rural.
- D) Não é possível a alegação de usucapião como matéria de defesa em sede de contestação.
- E) A ação reivindicatória deverá ser julgada procedente, uma vez que o demandado só poderia se beneficiar da usucapião extraordinária, uma vez que não possui justo título a embasar sua posse.

55) Jerônimo, casado com Lucíola pelo regime da comunhão universal de bens, veio a falecer por complicações cardíacas, deixando um patrimônio de R\$ 100.000,00. Jerônimo não possuía filhos, mas ainda tinha sua mãe viva (Jesuína) e uma avó paterna viva (Maria do Carmo).

A mãe de Jerônimo ingressou com ação de inventário e partilha de bens. Segundo ela, cabia R\$ 50.000,00 a Lucíola, e o resto integralmente a si, uma vez que não haveria direito sucessório em caso de comunhão universal de bens.

Analisando a proposta julgue as seguintes alternativas:

A) Jesuína está equivocada, porque Maria do Carmo herda por representação ao pai de Jerônimo, o que faria com que elas dividissem pela metade os R\$ 50.000,00 da herança, deixando Lucíola com R\$ 50.000,00 da meação.

B) Jesuína está certa, pois na linha ascendente não há direito de representação.

C) Jesuína está equivocada, uma vez que há concorrência entre cônjuge e ascendente, independentemente do regime de bens, mas os R\$ 50.000,00 deverão ser divididos em 1/3 para Lucíola, 1/3 para Jesuína e 1/3 para Maria do Carmo.

D) Jesuína está equivocada, uma vez que há concorrência entre cônjuge e ascendente, independentemente do regime de bens, devendo os R\$ 100.000,00 serem divididos entre Lucíola e Jesuína em 50% para cada uma, uma vez que não há direito de representação na linha ascendente.

E) Jesuína está equivocada, uma vez que há concorrência entre cônjuge e ascendente, independentemente do regime de bens. No caso, Lucíola ficaria com R\$ 75.000,00, enquanto Jesuína com R\$ 25.000,00.

56) João e Maria namoravam desde os 15 anos de idade. Ao completarem 16 anos, resolveram se casar. Os pais de ambos concordaram com o casamento e houve a celebração no Cartório competente. Ocorre que, passados seis meses do casamento, eles resolveram se divorciar e ambos retornaram a residir nas casas de seus pais. João, logo depois, passou no vestibular para Medicina e o seu pai quis lhe doar uma quantia para que ele comprasse uma moto.

Assinale a assertiva correta:

A) João poderá adquirir a moto independentemente de assistência de seu pai, uma vez que já é emancipado.

B) João não poderá adquirir a moto, uma vez que precisa ter 18 anos para pilotá-la, não podendo ser proprietário de um bem que não pode usufruir.

C) Com o divórcio, a causa de emancipação legal foi anulada, razão pela qual somente com a assistência de seu pai poderá adquirir a moto.

D) João e Maria não poderiam ter se casado, uma vez que a atual redação do Código Civil impede o matrimônio de menores de 18 anos, em virtude do princípio da absoluta prioridade da infância e da adolescência.

E) João e Maria só poderiam ter se divorciado com a anuência dos pais de ambos, uma vez que há necessidade de paralelismo de formas com as exigências legais de constituição do matrimônio e divórcio.

57) Gustavo Siqueira é um grande empresário e tomou conhecimento de que será construído um resort na pacata Praia de Castanheiras. Os moradores dessa praia vivem da pesca de subsistência e não possuem a menor ideia de que sua vila passará por uma transformação nos próximos anos. A situação é bastante precária na vila, não havendo saneamento básico, e o posto de saúde mais próximo dista mais de 2h de carro até a cidade mais próxima, sendo certo que os moradores vivem em situação de vulnerabilidade social. Diante dessa situação, Gustavo Siqueira oferece a quantia de R\$ 50.000,00 para qualquer um dos moradores venderem suas propriedades, sendo uma quantia incrível para aqueles indivíduos que, muitas vezes, recebiam benefícios assistenciais. Os moradores, por sua vez, prontamente venderam suas propriedades de frente para o mar. Dois anos depois, Gustavo estabeleceu um centro comercial de grande escala, dotado de lojas e restaurantes, o qual servia ao resort que fora construído.

Sobre a proposta, assinale a alternativa que julgar correta:

- A) Os moradores têm o prazo prescricional de 5 anos para buscar a rescisão contratual.
- B) Os moradores têm o prazo decadencial de 4 anos para propor ação de anulação por lesão.
- C) Os moradores têm o prazo decadencial de 4 anos para propor ação de declaração de nulidade por lesão.
- D) Os moradores têm o prazo decadencial de 2 anos para propor ação de anulação por dolo.
- E) Os moradores têm o prazo decadencial de 2 anos para propor ação de declaração de nulidade por simulação.

58) César realizou um contrato de empréstimo com o Banco Mecenias no valor de R\$ 10.000,00, cuja contraprestação para a instituição financeira é um crédito de R\$ 12.000,00. O Banco Mecenias tem a intenção de ceder esse crédito ao Banco Golias, enquanto o pai de César, Matheus, quer assumir o débito.

Nessa situação, assinale a alternativa incorreta:

- A) O Banco Mecenias poderá ceder o crédito para o Banco Golias independentemente de consentimento de César.
- B) Matheus só poderá assumir o débito de seu filho mediante a anuência expressa do credor.
- C) Matheus deverá notificar o credor para resposta no prazo de 30 dias. Em caso de silêncio, interpreta-se como havendo anuência do Banco, uma vez que Matheus é ascendente do devedor original.
- D) O Banco Mecenias deverá notificar César da cessão, em virtude do princípio da boa-fé objetiva.
- E) César poderá opor ao cessionário as exceções pessoais que possuía contra o cedente no momento da cessão.

59) Os amigos João, Carlos, Augusto e Jonas sempre se encontravam no Jockey Clube para juntos assistirem a corridas de cavalos. Em dada ocasião, surgiu a ideia de fazerem uma aposta. João e Carlos apostaram em conjunto que a égua Rampante sairia vencedora do pódio, enquanto Augusto e Jonas apostaram que o garanhão Trovão seria o vencedor. Estipulou-se que a dupla perdedora teria que entregar o cavalo vencedor à dupla ganhadora.

Sagraram-se vencedores da aposta João e Carlos. Sendo assim, assinale a alternativa correta:

- A) Caso Augusto entregue o cavalo para João, ele terá sua obrigação quitada, independentemente da caução de ratificação de Carlos.
- B) Caso Augusto entregue o cavalo para João e Carlos, ele não poderá cobrar a quota-parte de Jonas, pois ele assumiu a obrigação tanto quanto o seu amigo.
- C) Caso Augusto entregue o cavalo para João e Carlos, ele poderá cobrar a quota-parte de Jonas, inclusive se sub-rogando nos direitos de garantia dos credores originais.
- D) Caso o cavalo venha a falecer por fato ocorrido no transporte realizado por Augusto e Jonas, a obrigação se resolve por fato de terceiro, não podendo ser convertida pelo equivalente pecuniário.
- E) Caso o cavalo venha a falecer por fato ocorrido no transporte realizado por Augusto, a obrigação de pagar as perdas e danos será de Augusto e Jonas, uma vez que a obrigação permanece indivisível.

60) Helena e João estão em tratativas para a celebração de contrato para a negociação de rebanho de animais. Após certo tempo de conversas e aproximação, João, um rapaz contrário à utilização de novas tecnologias, decide realizar a proposta para comprar o rebanho de animais de Helena. Para tanto, João, residente em Salvador/BA, confecciona a proposta do contrato e a remete por telegrama a Helena, residente em Porto Alegre/RS. Dois dias após o envio da proposta pelos correios, João arrepende-se e, preocupado com o documento anteriormente enviado, elabora às pressas novo telegrama, agora de retratação da proposta anterior, e remete-o à Helena também pelos correios. Por questões logísticas internas dos correios, cinco dias depois, Helena recebe os dois telegramas em sua casa no mesmo momento.

Acerca da situação, assinale a alternativa correta:

- A) Tendo recebido os dois telegramas no mesmo momento, Helena tem a faculdade de optar pela celebração, ou não, do contrato de acordo com a proposta remetida por João.
- B) O direito brasileiro não admite a retratação de proposta de contrato, razão pela qual, havendo a aceitação de Helena, João estará devidamente obrigado ao cumprimento dos seus termos.
- C) Em função de a proposta e a retratação terem chegado ao conhecimento de Helena simultaneamente, a proposta realizada por João deixa de obrigá-lo.
- D) Por ter havido a retratação da proposta, Helena terá direito a perdas e danos, dado o abalo moral decorrente da não celebração do contrato.
- E) É possível a retratação da proposta; o mesmo não ocorre, contudo, em relação à aceitação, que é irretratável no direito brasileiro.

61) Em relação ao contrato de doação, examine as afirmativas a seguir.

I. A doação feita em contemplação do merecimento do donatário não perde o caráter de liberalidade, como não o perde a doação remuneratória, ou a gravada, no excedente ao valor dos serviços remunerados ou ao encargo imposto.

II. É ineficaz a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador.

III. Como regra geral, a doação pode ser revogada por ingratidão. São exceções à regra, inadmitindo a revogação por esse motivo, as doações puramente remuneratórias e as que se fizerem em cumprimento de obrigação natural.

Está correto o que se afirma em:

A) II, apenas.

B) I e II, apenas.

C) I e III, apenas.

D) II e III, apenas.

E) I, II e III.

62) Genivaldo é proprietário de veículo antigo, que não recebe manutenção há muitos anos, conta com todos os seus licenciamentos vencidos e impagos e possui ordem de restrição de circulação emanada de processo judicial. Genivaldo teve recentemente cassado o seu direito de dirigir. Não obstante isso, Genivaldo continua dirigindo normalmente. Em determinado dia, em viagem à noite, conduzindo o veículo supramencionado em rodovia pedagiada, Genivaldo depara-se com um cavalo repentinamente em meio à pista de rolamento. Genivaldo tenta desviar do animal, mas acaba abalroando-o, acidentando-se. Após recuperar-se das lesões, Genivaldo ajuíza ação indenizatória contra a concessionária da rodovia, postulando a reparação dos danos materiais e morais suportados. Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa correta:

A) A concessionária da rodovia não deve responder pelos danos no caso concreto, porque Genivaldo estava com o seu direito de dirigir cassado, de forma que não poderia estar conduzindo o veículo.

B) Desde que comprove a culpa da concessionária pela existência do animal na pista de rolamento, Genivaldo terá direito à indenização.

C) A concessionária da rodovia responde de forma objetiva pelos danos suportados por Genivaldo no acidente, regendo-se a responsabilidade unicamente pelas normas do Código Civil.

D) A responsabilidade da concessionária no caso prescinde da demonstração de culpa, respondendo pelos danos causados à Genivaldo, aplicando-se as regras do Código de Defesa do Consumidor e da Lei das Concessões.

E) A responsabilidade é mútua na situação em comento, havendo concorrência de culpas. De um lado, há culpa da concessionária pela presença do animal na pista de rolamento. De outro lado, Genivaldo também possui culpa por conduzir o veículo com o seu direito de dirigir cassado e por estar o automóvel com ordem de restrição de circulação.

DIREITO EMPRESARIAL

63) Acerca do Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), julgue os itens a seguir:

I. São objetivos do Sira, dentre outros, conferir efetividade às decisões judiciais que visem à satisfação das obrigações de qualquer natureza, em âmbito nacional; reunir dados cadastrais, relacionamentos e bases patrimoniais de pessoas físicas e jurídicas para subsidiar a tomada de decisão, no âmbito de processo judicial em que seja demandada a recuperação de créditos públicos ou privados e garantir, com a quantidade, a qualidade e a tempestividade necessárias, os insumos de dados e informações relevantes para a recuperação de créditos públicos ou privados.

II. O Poder Executivo Federal, por meio da Lei n. 14.195/2021, fica obrigado a instituir o Cadastro Fiscal Positivo.

III. É princípio do Sira a melhoria da efetividade e eficiência das ações de recuperação de ativos.

IV. O Sira é constituído por um conjunto de instrumentos, mecanismos e iniciativas destinadas a facilitar a identificação e a localização de bens e de devedores.

- A) Apenas uma alternativa está correta
- B) Duas alternativas estão corretas
- C) Todas as alternativas estão corretas
- D) Nenhuma das alternativas está correta
- E) Três alternativas estão corretas

64) A Lei n. 9.279/96 disciplina a propriedade industrial. Nesse ponto, assinale a alternativa incorreta:

- A) É patenteável a invenção que atenda aos requisitos da novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
- B) Não se considera invenção nem modelo de utilidade técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos.
- C) Invenção e modelo de utilidade são protegidas por meio de patente;
- D) A patente de invenção vigorará pelo prazo de dez anos, prorrogáveis por igual período;
- E) A nulidade da patente produzirá efeitos a partir da data do depósito do pedido.

65) A livraria APROVAÇÃO LTDA encontra-se em situação de crise econômico-financeira. A livraria apresenta uma longa trajetória, com mais de 40 anos de atuação. Seu sócio administrador, Felizberto, é conhecido por ser uma pessoa comprometida e séria, um empresário renomado em seu ramo de atuação. Há 7 anos, todavia, em razão do fortalecimento dos mecanismos digitais, a livraria já havia passado por uma grave crise e obtido recuperação judicial. Agora, novamente Felizberto se vê diante de uma situação problemática e, consultando seus advogados, questiona sobre a possibilidade de pleitear nova recuperação judicial. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- A) APROVAÇÃO LTDA não poderá requerer recuperação judicial, tendo em vista que já utilizou o benefício anteriormente;
- B) Como APROVAÇÃO LTDA voltou a ter problemas financeiros mesmo após a anterior recuperação judicial, a medida adequada é a falência;
- C) É possível que APROVAÇÃO LTDA solicite nova recuperação judicial, tendo em vista que, nos últimos cinco anos, não obteve recuperação judicial.
- D) Não é possível que APROVAÇÃO LTDA solicite nova recuperação judicial, porque obteve, nos últimos dez anos, recuperação judicial.
- E) A recuperação judicial deve ser reservada para empresas viáveis e, no caso do enunciado, tendo em vista que o mercado de livrarias está perdendo espaço, não há motivo para concessão de recuperação judicial.

66) Os créditos extraconcursais são aqueles pagos com prioridade sobre os créditos concursais, caso a empresa entre em falência. A Lei de Recuperação Judicial define os créditos que entram nessa categoria. Acerca do tema, assinale a alternativa que contém apenas créditos extraconcursais:

- A) remunerações devidas ao administrador judicial e aos seus auxiliares, tributos relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência, créditos trabalhistas de natureza salarial vencidos nos três meses anteriores à decretação da falência, até o limite de cinco salários-mínimos por trabalhador;
- B) tributos e multas relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência, créditos trabalhistas de natureza salarial vencidos nos três meses anteriores à decretação da falência, até o limite de cinco salários-mínimos por trabalhador; créditos com garantia real;
- C) créditos decorrentes da legislação trabalhista, até 150 salários mínimos por credor, remunerações devidas ao administrador judicial e aos seus auxiliares, tributos relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência;
- D) créditos com garantia real, até o valor do bem gravado, tributos e multas relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência, remunerações devidas ao administrador judicial e aos seus auxiliares;
- E) créditos trabalhistas de natureza salarial vencidos nos três meses anteriores à decretação da falência, até o limite de cinco salários-mínimos por trabalhador, aos créditos em dinheiro objeto de restituição e créditos com garantia real, até o valor do bem gravado.

67) Athos, Porthos e Aramis, estudantes de direito, estavam conversando sobre sociedades limitadas. Athos afirmou que a sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas. Porthos mencionou que é vedado que um sócio contribua exclusivamente com prestação de serviços. Quanto às deliberações sociais, Aramis disse que a designação de administradores não sócios dependerá da aprovação da maioria absoluta dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado.

Assinale a alternativa correta:

- A) Os três estudantes estão errados em suas colocações;
- B) Apenas Athos está correto;
- C) Apenas Athos e Porthos estão corretos;
- D) Apenas Aramis está correto;
- E) Apenas Athos e Aramis estão corretos.

68) Sobre as sociedades anônimas, assinale a alternativa correta:

- A) A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, especificando se a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ou ilimitada no contrato social;
- B) A sociedade adotará firma acompanhada das expressões 'companhia' ou 'sociedade anônima'.
- C) O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.
- D) As ações serão emitidas por preço inferior ou superior ao seu valor nominal
- E) A cada ação preferencial corresponde 1 (um) voto nas deliberações da assembléia-geral.

DIREITO PENAL

69) A respeito do feminicídio, assinale a alternativa correta:

- A) sempre que a mulher for vitimada no interior de sua residência, ou então por pessoa de sua família, ou ainda por quem conviva ou tenha convivido em relação de afeto, incidirá a qualificadora, independentemente da motivação. Afora essas situações, para a incidência da qualificadora, deverá restar demonstrada a motivação de gênero;
- B) a pena será majorada de um terço até a metade caso o crime tenha sido presenciado, física ou virtualmente, pelo irmão da vítima;
- C) a invocação da legítima defesa da honra, no plenário do júri, é vedada e gera nulidade, a não ser que o argumento seja indispensável à plenitude de defesa, garantia constitucional que, segundo a doutrina, é ainda mais ampla do que a própria ampla defesa;
- D) Em que pese respeitável posição doutrinária em sentido contrário, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem entendido o feminicídio como qualificadora de natureza objetiva, razão pela qual pode, em tese, conviver com a privilegiadora do parágrafo primeiro do art. 121;
- E) Não é possível a aplicação simultânea das qualificadoras de feminicídio e de motivo torpe, porquanto haveria evidentemente bis is idem.

70) Luís Felipe, com 75 anos de idade, caminhava distraído mexendo em seu smartphone quando Vanderlei o surpreende, apontando um fuzil automático e de grosso calibre, ordenando que entregasse o celular. Após colocar o celular de Luís Felipe no bolso e já se dirigindo para entrar em seu carro de fuga, Vanderlei profere as seguintes palavras à vítima: um velho imbecil desses nem sabe mexer em um celular caro como este, melhor que fique comigo”.

Qual(ais) o(s) crime(s) praticado(s) por Vanderlei?

- A) roubo majorado, dobrando-se a pena, além de injúria qualificada
- B) roubo majorado, aumentando-se a pena em $\frac{2}{3}$, além de injúria qualificada
- C) roubo majorado, dobrando-se a pena, além de injúria simples
- D) roubo majorado, aumentando-se a pena em $\frac{2}{3}$, além de injúria simples
- E) apenas roubo majorado, restando a injúria absorvida

71) Com relação ao crime de estupro de vulnerável, previsto no art. 217-A, do Código Penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Mesmo com a inserção do §5º ao dispositivo legal e com a edição da Súmula nº 593, o Superior Tribunal de Justiça tem admitido, em situação excepcionais de distinguishing, a atipicidade da conduta de manter relação sexual com pessoa menor de 14 anos;
- B) Segundo a jurisprudência do STJ, a prática do crime, ainda que sem violência real, em continuidade delitiva, contra vítimas diferentes, autoriza a aplicação do parágrafo único do art. 71 do Código Penal, podendo a pena ser majorada até o triplo.
- C) Quando o delito é cometido repetidas vezes, durante longo período de tempo, ainda que não seja possível precisar o número exato de vezes, pode-se aplicar a continuidade delitiva em seu patamar máximo de aumento de $\frac{2}{3}$.
- D) Nas comarcas onde não há vara especializada em crimes contra a criança e adolescente, a competência para julgar o crime será da vara de violência doméstica, independentemente do gênero da vítima;
- E) A prática de ato libidinoso consistente em toques íntimos em adolescente de 13 anos não pode ser desclassificada para importunação, ainda que os toques sejam superficiais e ligeiros.

72) Durante uma discussão futebolística, Pablo, espanhol naturalizado brasileiro e residente no Brasil, ofende a dignidade e o decoro de Vinícius, fazendo gestos simiescos e fazendo alusão à tonalidade da pele da vítima.

Dada a situação hipotética, Pablo cometeu o crime de injúria:

- A) previsto no Código Penal, equiparado a hediondo e que não admite prisão preventiva para agente primário, dada a pena máxima cominada;
- B) previsto no Código Penal, equiparado a hediondo e que admite, em tese, a prisão preventiva para agente primário, dada a pena máxima cominada;
- C) previsto no Código Penal, não hediondo e que não admite prisão preventiva para agente primário, dada a pena máxima cominada;
- D) previsto na Lei de Racismo, equiparado a hediondo e que não admite prisão preventiva para agente primário, dada a pena máxima cominada;
- E) previsto na Lei de Racismo, equiparado a hediondo e que admite, em tese, a prisão preventiva para agente primário, dada a pena máxima cominada;

73) Sobre posicionamento dos Tribunais Superiores acerca do princípio da insignificância, assinale a alternativa correta:

- A) É atípica a tentativa de subtração, sem a prática de violência ou grave ameaça à pessoa, de pequena quantidade de shampoos, em valor global aproximado inferior a R\$ 100,00 (cem reais), ainda que haja reiteração de condutas dessa natureza.
- b) Incide o princípio da insignificância aos crimes tributários federais e de descaminho quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a teor do disposto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002, com as atualizações efetivadas pelas Portarias n. 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda.
- C) A reiteração da conduta delitiva obsta a aplicação do princípio da insignificância ao crime de descaminho - independentemente do valor do tributo não recolhido -, ressalvada a possibilidade de, no caso concreto, se concluir que a medida é socialmente recomendável. A contumácia não pode ser aferida a partir de procedimentos penais e fiscais pendentes de definitividade, sendo aplicável o prazo previsto no art. 64, I, do CP.
- D) Não é admitida a aplicação do princípio da insignificância ao crime de contrabando de cigarros ao reincidente.
- E) O princípio da insignificância é aplicável ao crime de contrabando de cigarros quando a quantidade apreendida não ultrapassar 1.000 (mil) maços, mesmo diante da hipótese de reiteração da conduta, seja pela diminuta reprovabilidade, seja pela necessidade de se dar efetividade à repressão a o contrabando de vulto

74) No que diz com a aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta:

- A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória.
- B) A lei excepcional ou temporária, desde que não decorrido o período de sua duração e desde que não cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- C) Todos os requisitos previstos no Código Penal para aplicação da lei penal brasileira aos crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados, são: entrar o agente no território nacional; ser o fato punível também no país em que foi praticado; não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena; não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável.
- D) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- E) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida, liberdade e honra do Presidente da República.

75) Durante a apresentação de um trabalho sobre o conflito aparente de leis penais, João, estudante do 6º semestre do curso de Direito, fez uma excelente apresentação, tendo obtido nota máxima. Diante disso, qual das afirmativas abaixo não foi feita por João?

- A) A unidade de fato, a pluralidade de normas aparentemente aplicáveis, a vigência simultânea dessas normas e aplicabilidade de somente uma delas são os requisitos do conflito aparente de leis penais.
- B) A aplicação do princípio da especialidade demanda análise em concreto das normas em conflito.
- C) No crime progressivo, desde o início da empreitada o agente quer cometer o crime mais grave, ao passo que, na progressão criminosa, a intenção de praticar o crime mais grave surge de verdadeira substituição de dolo, o que a doutrina chama de dolo cumulativo.
- D) De acordo com entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, é inaplicável a consunção entre o delito de embriaguez ao volante e o de condução de veículo automotor sem habilitação.
- E) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, os tipos penais trazidos nos arts. 241-A (armazenamento de cena de sexo explícito e/ou pornográfica de crianças e adolescentes) e 241-B (disponibilização das cenas na internet) do Estatuto da Criança e do Adolescente são autônomos, com verbos e condutas distintas, sendo que o crime do art. 241-B não configura fase normal, tampouco meio de execução para o crime do art. 241-A, o que possibilita o reconhecimento de concurso material de crimes, não havendo que se falar em consunção.

76) Marque a assertiva incorreta a respeito do nexa causal:

- A) De acordo com a redação literal do caput do art. 13 do Código Penal, o Brasil se filiou, ainda que em parte, à teoria da equivalência dos antecedentes causais, cuja criação pode ser atribuída ao austríaco Julius Glaser, na segunda metade do século XIX.
- B) Pode-se afirmar que a teoria da causalidade adequada, segundo a qual será causa do resultado o evento apto e idôneo a produzi-lo, teve, dentre outras pretensões, corrigir supostas falhas da teoria da conditio sine qua non.
- C) A relação de causalidade, na teoria da imputação objetiva, acresce elementos normativos ao nexa meramente físico ou natural. Ou seja, segundo prevalece na doutrina, a teoria da imputação objetiva não substitui as teorias clássicas sobre o nexa causal, senão complementa-as.
- D) O papel social de um indivíduo, para Jakobs, não pode influenciar o juízo de imputação, sob pena de se possibilitar a criação de situações injustas quando da análise do nexa causal.
- E) Embora uma concausa absolutamente independente seja relevante para a adequação típica da conduta, não se pode afirmar que tal relevância tenha o condão de afastar o fato típico.

77) Analise as seguintes assertivas e assinale a única que não está de acordo com a doutrina majoritária e com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

- A) São elementos do crime culposos: a conduta voluntária; a inobservância do dever de cuidado objetivo; onexo causal; o resultado lesivo involuntário; a previsibilidade subjetiva; e a tipicidade.
- B) O Código Penal adotou a teoria objetiva temperada para explicar as hipóteses de ausência de punição do crime impossível.
- C) Culpa imprópria ou culpa por equiparação, por assimilação ou por extensão é aquela em que o agente, por erro evitável, imagina certa situação de fato que, se presente, excluiria a ilicitude do seu comportamento (descriminante putativa). Tal modalidade de culpa é compatível com a conatus.
- D) No erro de proibição indireto (descriminante putativa por erro de proibição), o agente sabe que a conduta é típica, mas imagina presente uma norma permissiva, ora supondo existir uma causa excludente da ilicitude, ora supondo estar agindo nos limites da descriminante.
- E) Para o STJ, em um crime de homicídio doloso, alvejada, além da pessoa que se visava atingir, vítima diversa, por imprecisão dos atos executórios, deve ser a ela estendido o elemento subjetivo (dolo), aplicando-se a regra do concurso formal.

78) Marque a assertiva correta quanto às causas de exclusão da ilicitude e da culpabilidade:

- A) É possível se falar em legítima defesa recíproca quando ambas as legítimas defesas forem reais.
- B) É impossível a punição do agente que comete uma infração penal em estado de completa embriaguez, já que ausente a imputabilidade, e, conseqüentemente, a culpabilidade.
- C) O reconhecimento do estado de necessidade exculpante depende da adoção da teoria diferenciadora.
- D) O Superior Tribunal de Justiça rechaça veementemente a aplicação da causa excludente da culpabilidade referente à inexigibilidade de conduta diversa nos crimes tributários em razão de dificuldades financeiras, ainda que devidamente comprovadas, em virtude da alta reprovabilidade da conduta, causadora de imensuráveis prejuízos ao Estado e à sociedade.
- E) O Código Penal prevê expressamente quatro causas de exclusão da ilicitude, todas devidamente explicitadas no Estatuto Repressor quanto aos seus respectivos requisitos para sua incidência.

79) Bruno e Josias, amigos de longa data, resolveram praticar um crime de furto na casa de uma família, local onde a mãe do primeiro trabalhava como empregada doméstica. Em conversa com sua mãe, a qual nada sabia sobre a empreitada criminosa, Bruno descobriu que, no final de semana, a família inteira estaria viajando, motivo pelo qual a casa estaria vazia. Bruno, que já era mais experiente na prática de crimes patrimoniais e temendo que Josias pudesse “dar para trás”, deixou claro ao amigo que a ajuda deste seria extremamente necessária. No dia combinado, Bruno e Josias se encontraram em frente à casa, a qual estava com as luzes ligadas em dois cômodos. Josias, preocupado com o fato de haver iluminação na residência, disse para Bruno que seria melhor deixarem o plano para outro dia, mas foi convencido por este a darem seguimento ao planejamento. Conforme já havia sido combinado, Bruno ingressou na casa, ao passo que Josias permaneceu do lado de fora, para que pudesse vigiar enquanto seu comparsa subtraía os objetos. Ao chegar em um dos cômodos que estava com a luz ligada, Bruno se deparou com Milena, que havia, inesperadamente, permanecido na cidade enquanto seus pais viajavam. Ambos entraram em luta corporal, tendo Bruno desferido um soco na face de Milena, a qual caiu desacordada. O criminoso, após, subtraiu joias de alto valor, pertencentes a Cássia, mãe de Milena, tendo, então, se evadido juntamente com Josias, quem, quando soube de todo o ocorrido, ficou indignado com o comparsa, já que a combinação entre eles era tão somente o crime de furto.

Diante desse cenário, marque a assertiva correta:

- A) Bruno deve responder pelo crime de roubo, mas Josias deve responder pelo crime de furto, em virtude da participação de menor importância.
- B) De acordo com a teoria objetivo-formal, ambos são coautores do crime de roubo.
- C) Em virtude da menor importância da participação de Josias, este deve responder pelo crime de roubo com causa de diminuição de pena.
- D) Ambos devem responder pelo crime de roubo: Bruno como autor e Josias como partícipe.
- E) Bruno deve responder pelo crime de roubo, mas Josias deve responder pelo crime de furto com causa de aumento de pena pela previsibilidade do resultado.

80) Quanto à pena, assinale a assertiva incorreta, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

A) A reincidência específica como único fundamento só justifica o agravamento da pena em fração mais gravosa que 1/6 em casos excepcionais e mediante detalhada fundamentação baseada em dados concretos do caso.

B) É possível, nas circunstâncias da personalidade ou da conduta social, considerar desfavoravelmente a mentira do réu em interrogatório judicial. Isso porque, como ensinam alguns doutrinadores, se a confissão revela aspecto favorável da personalidade e atenua a pena, a mentira revela o oposto e autoriza o seu aumento.

C) O inadimplemento da pena de multa, após cumprida a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos, não obsta a extinção da punibilidade, ante a alegada hipossuficiência do condenado, salvo se diversamente entender o juiz competente, em decisão suficientemente motivada, que indique concretamente a possibilidade de pagamento da sanção pecuniária.

D) Uma única circunstância judicial pode elevar a pena-base ao máximo legal, a depender de sua gravidade.

E) É possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação integral da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, seja ela específica ou não. Todavia, nos casos de multirreincidência, deve ser reconhecida a preponderância da agravante prevista no art. 61, I, do Código Penal, sendo admissível a sua compensação proporcional com a atenuante da confissão espontânea, em estrito atendimento aos princípios da individualização da pena e da proporcionalidade.